

# APAGAR A HISTÓRIA

COMO OS FASCISTAS 

 REESCREVEM 

 O PASSADO 

 PARA CONTROLAR 

 O FUTURO

## JASON STANLEY

AUTOR DE *COMO FUNCIONA O FASCISMO*

*Aos meus filhos, Emile e Alain*

# ÍNDICE

<i>Prefácio</i> .....	9
1    Como Criar Uma Autocracia .....	19
2    Colonizar a Mente .....	39
3    O Projeto Nacionalista .....	55
4    Do Supremacismo ao Fascismo .....	79
5    Antieducação .....	111
6    Educação Clássica .....	131
7    Reclamar a História .....	153
<i>Epílogo</i> .....	173
<i>Agradecimentos</i> .....	179
<i>Notas</i> .....	183
<i>Índice remissivo</i> .....	201

## PREFÁCIO

«O sistema soviético nunca comemorou o Holocausto. Uma razão para isso é que, a partir do momento em que se define e identifica um genocídio, passam a ser reconhecíveis outros crimes genocidas. O império soviético não queria que aprendêssemos a nossa história.»

VICTORIA AMELINA, *Nothing Bad Has Ever Happened*<sup>1</sup>

Uma lição que o século passado nos ensinou foi a de que os regimes autoritários consideram muitas vezes que a história é profundamente ameaçadora. Em cada oportunidade, esses regimes arranjam maneiras de apagar ou ocultar a história para consolidar o seu poder. Qual é o motivo? O que faz a história ser tão disruptiva para os desígnios autoritários? O mais importante é talvez oferecer múltiplas perspetivas sobre o passado. O maior rival do autoritarismo — a democracia — exige o reconhecimento de uma realidade partilhada que consiste em múltiplas perspetivas. Através da exposição a múltiplas perspetivas, os cidadãos aprendem a olhar uns para os outros como contribuidores em pé de igualdade para uma narrativa nacional. E aprendem — *nós* aprendemos — a aceitar que esta narrativa está aberta a reflexão e reformulação coletivas contínuas, tendo constantemente em conta novas ideias, novas provas, novas perspetivas e enquadramentos teóricos. A história numa democracia não é estática e não é mítica: é dinâmica e crítica.

Apagar a história é útil para os autoritários, porque fazê-lo permite-lhes adulterá-la como história única, uma só perspectiva. Contudo, é impossível apagar totalmente uma perspectiva. Quando os autoritários tentam apagar a história, fazem-no através da educação, purgando determinadas narrativas dos programas ensinados nas escolas e talvez proibindo que sejam transmitidas em casa. Contudo, os autoritários não podem apagar as experiências vividas pelas pessoas nem os seus legados inscritos nos alicerces de gerações. Neste simples facto reside sempre a possibilidade de reclamar perspectivas perdidas.

Tudo isto se aplica ao autoritarismo em geral, mas é particularmente verdadeiro num tipo concreto de ideologia autoritária: o fascismo, que procura dividir populações em «nós» e «eles», apontando para diferenças étnicas, raciais ou religiosas. No meu livro anterior, *Como Funciona o Fascismo: A Política do Nós e Eles*, identifiquei um conjunto de táticas que caracterizam a política fascista, que incluem a criação de um passado mítico; o uso de propaganda e anti-intelectualismo para criar um estado de irrealidade; o esforço para justificar hierarquias de raça ou religião; o aproveitamento de sentimentos de ressentimento e vitimização; políticas que dão prioridade à lei e à ordem sobre a liberdade; apelos à ansiedade sexual; uma evocação do mito de Sodoma e Gomorra, que mostra as cidades como decadentes e minadas pelo crime, e as áreas rurais como coração da nação; e, por fim, um sistema de valores que hierarquiza os grupos consoante a sua presumida capacidade para trabalhar, condensado no lema que os nazis usaram hipocritamente: *Arbeit macht frei* — o trabalho liberta<sup>2</sup>.

A ascensão do fascismo contemporâneo constitui uma grave ameaça e torna urgente a tarefa de conhecer o seu funcionamento. No entanto, apreender verdadeiramente o êxito do fascismo exige discernir não só como atua e se apropria do poder, mas também como obtém legitimidade. Temos, por isso, de direcionar o foco das políticas

fascistas para o tipo de educação e cultura que torna eficaz uma tal política. É aqui que se impõe o tópico do apagamento da história.

Em anos recentes, eclodiu o debate entre acadêmicos e especialistas sobre se o termo «fascista» descreve adequadamente os movimentos autoritários de direita que vemos em ascensão pelo mundo. Aqui, podemos em grande medida contornar esse debate. Quer lhes chamemos fascistas ou não, há a concordância generalizada de que os movimentos sociais e políticos que hoje testemunhamos empregam muitas das mesmas táticas políticas e técnicas retóricas que usaram movimentos fascistas passados: mobilizar milícias violentas de voluntários para ameaçar aqueles que se lhes oponham, encher os tribunais com adeptos leais de um líder ou partido, direcionar o ódio contra imigrantes e cidadãos LGBTQ, eliminar os direitos reprodutivos e usar a educação para doutrinar os jovens com uma narrativa de grandeza nacional, enraizada num passado glorioso. Embora alguns possam discordar da minha decisão de chamar fascistas a esses movimentos — incluindo alguns que partilham da minha avaliação do perigo que representam —, considero o rótulo adequado e continuarei a usá-lo nestas páginas quando me referir aos que promovem políticas claramente fascistas com o objetivo de atacar a democracia.

Como estes movimentos antidemocráticos estão em ascensão em todo o mundo, a minha esfera de análise neste livro é internacional e cobrirá, em diversos momentos, culturas fascistas ou autoritárias em países como a Rússia, a Índia, a Turquia, Israel e a Hungria. No entanto, dito isto, vivo nos Estados Unidos e o meu país servirá de exemplo central. Aqui, como noutros lugares, tem vindo a travar-se nos últimos anos uma guerra ideológica que se estende a quase todos os aspetos da nossa cultura. O combate infiltra-se nos nossos bairros, nos nossos tribunais e nos nossos quartos de dormir, mas, como mostrarei, encontra a sua expressão mais profunda numa das nossas instituições públicas mais igualitárias: as nossas escolas.

As facções nesta guerra têm sido em grande medida enformadas por duas perspectivas antagónicas: a daqueles que pretendem preservar hierarquias enraizadas em fatores arbitrários como a raça, a etnia e o género, e a daqueles que querem derrubá-las.

A minha avó Ilse Stanley, nascida em 1906, foi criada em Berlim, sob a influência da sinagoga de Fasanenstrasse, uma das maiores congregações da altura na Alemanha, onde o seu pai, Magnus Davidsohn, era chantre principal. A sinagoga de Fasanenstrasse praticava a tradição liberal judaica alemã. Como numa igreja, havia um órgão. A música que nele se tocava era orgulhosamente da tradição clássica. A minha avó era o arquétipo da judia alemã assimilada e, do seu ponto de vista, a cultura alemã — a cultura de Goethe e Heine — era a sua cultura. Era um farol de saber e humanismo.

Antes de se tornar chantre, Magnus Davidsohn fora cantor de ópera. Foi referido numa biografia do compositor e maestro Gustav Mahler, que cita uma conversa entre ambos acerca do seu legado judaico comum e da decisão do meu trisavô de trocar a ópera pela sinagoga<sup>3</sup>. Na altura dessa conversa, ele interpretava um trecho central numa produção de 1899 do *Lohengrin*, de Richard Wagner, dirigida por Mahler. O irmão dele, Max, cantaria posteriormente na mesma ópera, no Festival de Bayreuth de 1908.

Ilse, descendente dessa família de cantores de Wagner, tornou-se atriz e trabalhou com o grande encenador teatral Max Reinhardt em Berlim. Também atuou para o realizador Fritz Lang no seu filme inovador de 1927, *Metropolis*<sup>4</sup>. Ela viveu numa das grandes capitais intelectuais e culturais do mundo, sede de uma prestigiada universidade que acolheu figuras tão distintas como W. E. B. Du Bois, Albert Einstein, Max Planck, Erwin Schrödinger e Max Weber.

Contudo, volvidos somente alguns anos, a minha família judaico-alemã em Berlim seria expulsa desse paraíso cosmopolita.

Como poderia tal coisa acontecer? Como poderá ter acontecido que a minha avó, cujos talentos lhe tinham granjeado um lugar proeminente no seio da cultura alemã, fosse banida do teatro e a sua aptidão artística considerada perigosa e estrangeira?

Quando os nazis ascenderam ao poder na Alemanha, puseram no centro ideológico do seu movimento político uma visão ficcionada do país e do seu povo: uma terra habitada por uma raça pura de arianos, na qual se infiltraram estrangeiros judeus que procuravam minar as instituições alemãs e fazer ruir o domínio da raça germânica.

No âmago da ideologia fascista, de modo geral, e da ideologia nazi, em particular, está esta conspiração sobre a substituição de um grupo dominante. Os nazis decretaram leis que retiravam a cidadania aos judeus alemães, fazendo deles um perigoso inimigo interno, e tomaram como seu alvo o próprio cosmopolitismo de que a minha avó era um exemplo. A identificação dela com a cultura alemã de pouco serviu para a proteger, porque contradizia a narrativa nazi em que o papel dela era predeterminado e imutável. A assimilação dela não era o que os nazis queriam, mas precisamente o que estavam a tentar impedir. Da perspectiva nazi, a grandeza da Alemanha não se baseava no seu generoso humanismo e no empenho na experimentação e na inovação intelectual, mas no seu carácter ariano.

A Alemanha da década de 1920 tinha algumas das melhores universidades do mundo, muitos dos maiores intelectuais do mundo e estava na crista da modernidade. Por essa razão, um estudo da devastação fascista da Alemanha, e da bem-sucedida mutação da ideologia na autoconceção da nação, tem muito a ensinar-nos sobre as ameaças crescentes que enfrentamos hoje. O autoconhecimento que essa nação tem da sua história e identidade, preservado através das suas escolas e da sua cultura, revelou ser muito menos protetor do que muitos acreditavam. Seria sensato da nossa parte evitar o mesmo equívoco.

Para alguns, o espírito de abertura e liberdade dos Estados Unidos poderá parecer incompatível com o projeto do fascismo de apagar a história até que fique reduzida a uma única perspectiva. Todavia, este impulso para eliminar narrativas históricas pode ter muitas motivações diferentes, algumas das quais podem ser mais aceitáveis. Pense-se no período da Ameaça Vermelha nos Estados Unidos de finais da década de 1940 e da década seguinte, muitas vezes referido como «macarthismo» devido à caça de comunistas empreendida pelo senador Joseph McCarthy, do estado do Wisconsin. Foi um tempo em que os esquerdistas no ensino superior, nas artes e noutros domínios foram humilhados publicamente, denunciados pelo Congresso e despedidos dos seus empregos de forma sensacionalista. Esta campanha de censura e intimidação, levada a cabo pela Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara dos Representantes (House Un-American Activities Committee — HUAC), visava principalmente a perseguição de comunistas, socialistas e de qualquer um que pudesse ter simpatia pelo adversário do país na Guerra Fria: a União Soviética.

Nessa circunstância, o empenho da HUAC na erradicação de perspectivas esquerdistas da universidade e de outros lugares era motivado, pelo menos em parte, pela oposição ao autoritarismo da União Soviética — o que, obviamente, não justifica de modo algum os seus excessos destrutivos. A Ameaça Vermelha dos anos 1940 e 1950 constituiu uma traição aos próprios ideais de liberdade que os Estados Unidos afirmavam representar na Guerra Fria. No entanto, o episódio explica, pelo menos parcialmente, como e porquê o projeto fascista de apagar a história pode enraizar-se num contexto distintamente norte-americano.

Hoje, estamos inquestionavelmente a regressar a algo semelhante ao período da Ameaça Vermelha. Ativistas e políticos de direita têm na mira docentes de todos os níveis de ensino pelas suas

supostas ideologias esquerdistas, com o objetivo de erradicar qualquer ensino que contradiga a hierarquia racial ou a patriarquia. Contudo, este ataque à história vai muito além das direções locais das escolas, dos departamentos de educação do Estado ou até das eleições nacionais. Trata-se, na verdade, de um movimento transnacional com um forte precedente histórico. E é um sintoma de um ataque global mais vasto à democracia liberal.

Uma democracia liberal é um sistema que prioriza os valores da liberdade e da igualdade, em que todos os cidadãos têm idêntico valor político e gozam, portanto, de semelhante respeito e dignidade. Com essa liberdade vem a responsabilidade, incluindo a responsabilidade de defender e aperfeiçoar a instituição da democracia. Os movimentos educativos progressistas nas democracias liberais têm desde há muito contribuído para encorajar este sentido de responsabilidade nos jovens.

Todavia, a educação nem sempre serve este propósito: também pode ser manipulada contra a democracia e ao serviço da hierarquia. E tem sido precisamente aqui que muitas das recentes batalhas em torno da educação têm sido travadas. Numa democracia liberal, haverá sempre (e deverá haver sempre) debates entre diferentes visões de como se deve operar a educação, em torno de questões como o equilíbrio adequado entre a dedicação a ideais seculares e a preservação de tradições comuns, ou quanto a dar mais ênfase a uma educação liberal ou vocacional. No entanto, a educação também pode apoiar um projeto antidemocrático. Nos casos da Rússia e da Coreia do Norte de hoje, vemos como os sistemas educativos contribuem para preservar uma veneração doentia pelos líderes, colocando-os acima do Estado de direito. Noutros países, como a Índia, o sistema educativo é usado para pôr os indianos hindus acima dos indianos muçulmanos. Em ambos os casos, a educação atua para fragilizar a base da cidadania democrática igualitária.

Para que fique claro, as hierarquias não são opressivas em si mesmas. Numa faculdade de medicina, por exemplo, um médico no ativo está hierarquicamente acima dos estudantes. É um exemplo de hierarquia epistemológica, baseada no *saber*. O saber pode certamente ser utilizado para camuflar a subjugação e o controlo — um médico pode ser orientado para diagnosticar um rebelde anticolonialista ou um manifestante político como mentalmente instável —, mas, pelo menos, idealmente, as hierarquias epistemológicas guiam em vez de dominarem. Uma hierarquia de valor é diferente, servindo para posicionar um grupo de pessoas acima de outro ou um indivíduo acima dos restantes, e é tipicamente usada para justificar o domínio de determinados grupos ou indivíduos. As hierarquias de valor violam os ideais fundamentais da democracia liberal e, com efeito, não podem tolerar um estatuto moral e político igual para todos os indivíduos.

Sendo este um livro sobre a cultura fascista, convém explicar um pouco melhor o que são exatamente culturas e como funcionam. Pegando numa proposta do filósofo suíço Rahel Jaeggi, podemos pensar numa cultura como *uma forma de vida* — uma teia coordenada de práticas, orientações e mitos<sup>5</sup>. Culturas de hierarquia — como o colonialismo, o nacionalismo ou o fascismo — envolvem práticas que posicionam um grupo acima de outros. E como acontece com todas as outras culturas, ou formas de vida, estas práticas são em grande parte modeladas e reforçadas por escolas.

Cada sistema educativo implica apagamento: não se pode simplesmente ensinar tudo. No entanto, existem determinados *tipos* de apagamentos que são constitutivos de sistemas autoritários. Por exemplo, apagamentos de movimentos sociais pela democracia, como o apagamento pelo governo chinês do protesto e massacre na Praça Tiananmen em 1989, ou o apagamento pelo estado da Florida

das sublevações do movimento Black Lives Matter em 2020 de um programa de estudos sociais<sup>6</sup>. Ao remover a história das revoltas do *statu quo* dos programas (ou nunca consentindo que essa história seja ensinada logo à partida), os autoritários deixam nos estudantes a impressão de que a situação corrente nunca foi — e não pode ser — posta em causa.

# 1

## COMO CRIAR UMA AUTOCRACIA

«As guerras são ganhas por professores.»

VLADIMIR PUTIN<sup>1</sup>

Numa palestra profética na Universidade de Howard, em 1995, intitulada «Racismo e Fascismo», Toni Morrison, autora galardoada com o Prémio Nobel, alertou para forças existentes no seio dos Estados Unidos que estavam «interessadas em soluções fascistas para os problemas nacionais»<sup>2</sup>. Essas soluções fascistas, explicou ela, envolvem tanto representações como práticas; por outras palavras, aquilo que os fascistas dizem ou em que acreditam e aquilo que fazem. Como fez notar Morrison, representações e práticas podem reforçar-se mutuamente. As representações podem levar a que práticas que, de outro modo, seriam inaceitáveis pareçam normais e justificadas, enquanto as práticas podem tornar adequadas retrospectivamente as representações. A representação de imigrantes como criminosos perigosos justifica a prática de encarcerá-los em centros de tipo prisional; uma vez lá, o facto de estarem encarcerados leva alguns a concluir que devem ser perigosos.

Para compreender o poder que o fascismo pode exercer no domínio da educação, é primeiro necessário compreender algumas das suas representações e práticas. Segundo o teórico político nazi Carl Schmitt, «a distinção política concreta a que podem ser reduzidas as

ações e motivações políticas é a que existe entre amigo e inimigo»<sup>3</sup>. O que equivale a dizer que, para os fascistas, ser político significa definir-se a si mesmo em oposição a um inimigo. Assim sendo, os regimes fascistas privam seletivamente de direitos civis determinados segmentos da sua população e atiram-nos violentamente para aquilo que a filósofa política Elizabeth F. Cohen designa por «semicidadania», a fim de enfatizar a virtude e o valor do grupo dominante<sup>4</sup>.

Os regimes fascistas também são tipicamente organizados em torno de um líder carismático e constituem culturas sociais e políticas centradas nesse líder, que é tido como protetor violento e poderoso da nação. Vladimir Putin, da Rússia, é um óbvio exemplo contemporâneo. Toda a Rússia está centrada em torno do poder de Putin, e Putin é representado como líder masculino poderoso sobre cujos ombros assenta a grandeza russa. Todavia, o fascismo também pode ser isento de líder. O sul dos Estados Unidos, durante as leis de segregação Jim Crow, por exemplo, era governado por uma forma de fascismo racial assente não num único líder poderoso, mas em grupos descentralizados de justiceiros e terroristas. Para compreender totalmente a ameaça iminente do fascismo nos nossos dias, temos de prestar muita atenção a movimentos fascistas que não dependem necessariamente da veneração de um líder.

Independentemente da forma como é conduzida, uma cultura fascista, ou forma de vida, tem muitas vezes determinadas características que a tornam um ambiente ideal para a política fascista. Estas culturas elevarão, por exemplo, um grupo já dominante de pessoas a um estatuto mítico, exaltando-as como «o povo» que constitui a nação, enquanto relegam os restantes para uma cidadania de segunda classe. De uma perspetiva fascista, o igualitarismo é uma ameaça porque promete dissolver esta hierarquia. A ameaça é sentida de forma tão aguda que os fascistas são levados a sentir júbilo na crueldade contra aqueles que não pertencem ao grupo e contra

os que beneficiam de maior igualdade. Uma forma de vida fascista está impregnada de medo de que outros alcancem estatuto análogo, uma possibilidade que é cinicamente explorada na política fascista.

Uma forma de vida fascista também tem determinados requisitos. Acima de tudo exige, talvez, um sistema educativo que possa validar o estatuto elevado do grupo dominante como consequência justificada da história em vez de resultado forjado de escolhas intencionais. Fá-lo, como veremos, adulterando seletivamente o registo histórico, apagando perspectivas e acontecimentos que são desfavoráveis para o grupo dominante e substituindo-os por um relato unitário e simplificado que sustenta os seus fins ideológicos.

Em anos recentes, por exemplo, os Estados Unidos têm assistido a uma vaga de interferência política de direita na educação, focada na interdição de determinados conceitos, autores e livros das bibliotecas e dos programas escolares. O objetivo não declarado dessas interdições é apagar as perspectivas e histórias dos grupos marginalizados, incluindo de forma mais manifesta a história dos negros americanos, cujos antepassados foram escravizados e brutalmente subjugados neste país.

Estas exclusões visam principalmente conceitos e teorias usados para explicar como se deu essa subjugação, como mudou ao longo do tempo e persiste ainda hoje, e como pode ser contestada — conceitos como racismo estrutural, interseccionalidade e teoria crítica da raça (CRT, na sigla original). O conceito de racismo estrutural, por exemplo, é visado porque explica a subjugação racial não em termos de intolerância individual, mas como consequência de sistemas e práticas subjacentes, seja na habitação, na escolarização, na banca, no policiamento ou no sistema jurídico-penal. Explica, por exemplo, que o fosso racial da riqueza nos Estados Unidos (que é tão extremo que os negros americanos possuem apenas pouco mais de 15 por cento da riqueza dos brancos americanos) é um produto de políticas

racistas como o crédito e o assistencialismo discriminatórios. O conceito de interseccionalidade, introduzido pela professora de direito Kimberlé Crenshaw, revela os danos particularmente graves infligidos a grupos que estão na interseção de múltiplas opressões<sup>5</sup>.

A teoria crítica da raça é o estudo destes conceitos e desenvolveu-se a partir do trabalho de teóricos americanos do direito nas décadas de 1980 e 1990, destacando-se Derrick Bell, professor de Harvard, Patricia J. Williams, professora da Universidade Northeastern, e a professora Crenshaw. Na retórica daqueles que procuram bani-la, a expressão «teoria crítica da raça» transformou-se em algo totalmente alheio ao seu verdadeiro significado, e é imaginado como uma espécie de sistema para dividir grupos em categorias de opressor e oprimido, cuja finalidade é sobrecarregar os brancos com um sentimento permanente e debilitante de culpa pelas injustiças dos seus antepassados.

Ao eliminar esses conceitos, ou transformá-los em chavões sem sentido, a recente campanha da direita de censura educativa tenta eliminar um importante meio de compreensão da história dos negros. Contudo, a teoria crítica da raça e a história negra são impossíveis de separar. A história é o estudo não só de pessoas e acontecimentos, mas também das práticas, estruturas e instituições que as determinam. Sem ter em conta estas forças, a história torna-se superficial e moldável, ideal para ser manipulada pela política fascista.

Quando os fascistas tentam reescrever a história, afirmam por vezes que estão somente a eliminar teorias e interpretações da história que consideram tendenciosas, e não os acontecimentos históricos que lhes subjazem. Todavia, sabem bem que as suas intervenções têm o efeito de apagar os próprios acontecimentos, bem como os padrões que estes formam. No seu célebre livro de 2021, *America on Fire*, a historiadora Elizabeth Hinton identifica um padrão recorrente na história norte-americana de meados do século xx a que ela chama «o ciclo», em que o policiamento excessivo e a

violência da polícia suscitam sublevações nas comunidades afetadas por estas práticas. Este padrão, explica ela, «ajudou a definir a vida urbana em comunidades segregadas negras, de origem mexicana e porto-riquenha com baixos rendimentos» e acabou por «lançar esta nação no caminho do encarceramento de massas»<sup>6</sup>.

A tese de Hinton não se baseia em teoria abstrata, mas num apuramento das forças e acontecimentos históricos que conduziram os Estados Unidos para as suas circunstâncias atuais. Sem esta história, é impossível compreender, por exemplo, como e por que razão os Estados Unidos vieram a ser o país com a mais numerosa população prisional em todo o mundo. O livro de Hinton mostra como as instituições — da polícia urbana à habitação pública e às escolas segregadas e subfinanciadas — têm, através das suas práticas, consolidado um *statu quo* racialmente injusto. Em última análise, não é possível ensinar a história do que aconteceu aos norte-americanos negros sem ensinar sobre o racismo estrutural. Quando estes conceitos são excluídos, o resultado é, na prática, proibir as escolas de ministrarem qualquer exposição honesta da história norte-americana.

O Coletivo Antirracista de Ensino e Aprendizagem (Anti-Racist Teaching and Learning Collective — ARTLC) é uma organização sediada em Connecticut que congrega professores, ativistas e estudantes com o objetivo de, como descreve o *site* do grupo, «enfrentar os efeitos opressivos do racismo que moldam a educação pública e a sociedade em geral». O *site* também inclui um conjunto de testemunhos pessoais de professores das práticas a que têm recorrido nas aulas para ajudar a desenvolver um entendimento comum do racismo estrutural.

Marco Cenabre, por exemplo, ensina literatura na Academia de New Haven, uma escola secundária pública em New Haven. Numa das aulas de Cenabre, é pedido aos alunos que estudem a secção de Educação Cívica do teste de naturalização dos Estados Unidos, bem

como um ensaio clássico de Audre Lorde em que se analisam as «normas míticas» relacionadas com idade, etnia, classe e género<sup>7</sup>. Que informações sobre a história norte-americana um imigrante precisa de aprender para se tornar um cidadão naturalizado, e o que essas informações revelam sobre normas míticas? Será que promovem a história de um grupo em detrimento de outros? Será que permitem que determinadas conceções erróneas sejam normalizadas?

Ruth Terry Walden ensina literatura na Escola Secundária de Westhill, um estabelecimento público em Stamford, e centra os seus cursos nos temas do protesto, da resistência e da ação direta. Na sua sala de aula, convida os alunos a pensar nas razões por que, durante a era colonial, as pessoas comuns começaram a olhar para os britânicos como exército ocupante e como isso conduziu à Revolução Americana. Pede-lhes que pensem nisso no contexto do movimento Black Lives Matter como maneira de compreender como os residentes negros de Ferguson, no Missouri, poderão ter acabado por ver na polícia um exército ocupante.

Outros professores que integram o ARTLC testemunham a enorme dificuldade em ensinar esse tipo de temáticas sem o apoio das administrações escolares. Samm Leska, professora na Escola Secundária Staples, estabelecimento público em Westport, explica que os seus colegas estão relutantes em envolver-se nessas práticas de ensino, uma vez que não sentem que a administração os apoiará se se tornarem alvos de ataques políticos por lecionarem tópicos pretensamente controversos. Como até apontar a existência de racismo estrutural é considerado «teoria crítica da raça», todos, exceto os professores mais corajosos, tendem a evitar textos que apresentem aos alunos perspectivas das pessoas negras sobre a história dos Estados Unidos. Isto significa que é necessária uma certa audácia para ensinar as obras da romancista negra norte-americana Toni Morrison, laureada com o Prémio Nobel, mesmo em estados em que é legal.

Não deveria surpreender que as tentativas de políticos de direita para asfixiar qualquer discussão de racismo estrutural se alargassem naturalmente a um programa para combater as diligências práticas para reparar as injustiças do racismo, e frustrem as tentativas de construção de uma democracia verdadeiramente multirracial que seja inclusiva de todos os grupos. Uma forma pela qual as instituições nos Estados Unidos têm vindo a procurar encarar o racismo é aquilo a que se chama iniciativas Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI). Previsivelmente, essas tentativas são muitas vezes alvo das mesmas forças de direita que investem tanta energia no ataque à história e à teoria do racismo. Os argumentos reforçam-se mutuamente: se não há racismo, não é preciso fazer nada a seu respeito.

Genericamente falando, as iniciativas DEI são quaisquer programas em escolas, universidades ou empresas privadas que procurem melhorar os efeitos do racismo estrutural no ensino, no emprego ou no campo institucional. Por exemplo, um programa DEI numa faculdade de Medicina poderá certificar-se de que médicos de ascendência branca privilegiada têm consciência das barreiras estruturais que poderão enfrentar pacientes de outras origens. Um tal programa poderá, por exemplo, fornecer a médicos sem incapacidades o conhecimento das barreiras com que se confrontam pacientes com incapacidades.

Como fazem com a teoria crítica da raça, os críticos de direita do DEI distorcem intencionalmente estes programas para dar a impressão de que aqueles cujas perspetivas estão finalmente a ser incluídas — como os negros norte-americanos, por exemplo — estão a receber algum tipo de benefício ilícito ou vantagem injusta. Daí que tenham na mira norte-americanos negros que ascenderam a posições de poder e influência, e procurem deslegitimá-los como desprovidos de mérito. O derradeiro objetivo é justificar a tomada de controlo sobre as instituições, transformando-as em armas na guerra contra a própria ideia de democracia multirracial.

Nos anos decorridos desde que Donald Trump foi derrotado nas eleições presidenciais norte-americanas de 2020, e sobretudo enquanto conduzia a sua terceira campanha para o cargo em 2023 e 2024, as suas tendências fascistas tornaram-se ainda mais extremas. Ele propôs, por exemplo, suspender as proteções individuais existentes na Constituição, defendeu que os traficantes de droga fossem executados, aventou a possibilidade de processar os seus rivais políticos e jornalistas de investigação por traição, declarou que alguns imigrantes «não são pessoas» e prometeu um «banho de sangue» se não fosse reeleito<sup>8</sup>. O domínio que tem sobre os seus apoiantes assume a forma do clássico culto do líder. O Partido Republicano que encabeça e o movimento conservador em geral reforçaram o apoio que lhe concedem, expulsando em grande medida os dissidentes «Never Trump» que restassem. Por estas razões, e outras, os Estados Unidos, no momento em que escrevo\*, constituem um excelente exemplo ilustrativo para servir a teorização dos movimentos fascistas contemporâneos.

O Projeto 2025, um programa para uma potencial segunda administração Trump, tem autoria de um conjunto de grupos de reflexão de direita e outros associados, incluindo a Fundação Heritage. O documento de quase novecentas páginas traça um plano para evitar o caos e a desordem que impediram Trump de levar a cabo as suas ambições mais extremistas durante o seu primeiro mandato. Segundo uma notícia do *The Guardian*, o plano propõe «alterar as regras federais da função pública, permitindo a Trump despedir dezenas de milhares de funcionários e substituí-los por outros considerados leais ao seu programa»<sup>9</sup>. A substituição em massa de burocratas e funcionários do governo por outros leais ao líder é uma característica conspícua das tomadas fascistas do poder. Na Alemanha

---

\* Escrito em 2024, num momento anterior à confirmada eleição de Donald Trump como o 47.º presidente norte-americano. [N. T.]

da década de 1930, durante os primeiros anos do regime de Hitler, o processo deste tipo de substituição desempenhou um papel tão importante que lhe deram uma designação especial: *Gleichschaltung*, muitas vezes traduzido por «coordenação».

O próprio Trump tem sido explícito acerca dos seus planos para o K-12\* e (se possível) para a educação universitária, rotulados como «guerra ao *woke*», uma versão da qual parece quase essencial ao momento fascista a nível global (como veremos em pormenor nas páginas que se seguem). Classificada como estratégia para «Salvar a Educação Americana e Devolver o Poder aos Pais», o plano de Trump irá:

- «Cortar o financiamento federal de qualquer escola ou programa que promova a teoria crítica da raça, ideologia de género ou outro conteúdo racial, sexual ou político inapropriado junto das nossas crianças.»
- «Criar um novo organismo de certificação para credenciar os professores que adotem valores patrióticos e percebam que o seu trabalho não é doutrinar crianças, mas educá-las.»
- «Encontrar e eliminar os radicais, os fanáticos e marxistas que se infiltraram no Departamento Federal de Educação.»
- «Excluir homens dos desportos femininos.» (O que significa interditar a estudantes transgénero que se identifiquem como raparigas a participação em desportos.)<sup>10</sup>

Não é por acaso que uma campanha explicitamente autoritária optou por trazer este plano para a linha da frente. Os movimentos fascistas centralizam a educação como meio de apagar conceitos e histórias que interferem na prossecução dos objetivos fascistas.

Muitas das estratégias e objetivos do plano educativo de Trump já estão a ser testados em estados com liderança conservadora. Isto

---

\* Níveis de escolaridade do pré-escolar ao 12.º ano. [N. T.]

é particularmente evidente na Florida, onde os legisladores aprovaram mudanças de grande alcance no sistema de ensino superior. Segundo um relatório especial da Associação Americana de Professores Universitários (AAUP, na sigla original) em dezembro de 2023, «a interferência política nas salas de aula que principiou em 2021 não tem precedentes na sua amplitude e ambição, nem no estado nem na nação, com um impacto potencial assustador na liberdade acadêmica dos membros do corpo docente».<sup>11</sup> O estado da Florida constitui um exemplo, nos Estados Unidos, daquilo a que podemos chamar autoritarismo educacional, uma estratégia em que políticos restringem o conhecimento que os docentes podem transmitir com o objetivo de os intimidar e levar a propagar ideologia antidemocrática.

O autoritarismo antidemocrático é frequentemente acompanhado por restrições mais gerais ao conhecimento e por tentativas de impor representações míticas no lugar desse conhecimento. A educação nazi, por exemplo, enfatizava o mito de que judeus e comunistas tinham traído a Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Claro que este mito era acompanhado por outras práticas autoritárias e antissemitas, incluindo as restrições de participação nos locais de trabalho e o encarceramento de todos aqueles que os nazis considerassem «marxistas».

Os nazis exerciam de modo infame o controlo estrito sobre a publicação e divulgação de livros. O ministro nazi da propaganda, Joseph Goebbels, mantinha listas de livros a serem censurados com a justificação de que eram «contrários» ou «decadentes»<sup>12</sup>. Hoje, muitos grupos de ativistas nos Estados Unidos também procuram limitar a livre circulação de livros e ideias, mesmo para lá dos estabelecimentos de ensino, por exemplo, restringindo o material disponível nas bibliotecas públicas locais. Como explicou Deborah Caldwell-Stone, da Associação Americana de Bibliotecas, ao jornal *The New*

*York Times*, em 2023: «Há um ano, um ano e meio, foi-nos dito que estes livros não tinham lugar em bibliotecas escolares e, se as pessoas quisessem lê-los, podiam ir a uma biblioteca pública [...] Agora estamos a ver esses mesmos grupos virarem-se para as bibliotecas públicas e irem atrás dos mesmos livros, privando essencialmente toda a gente da capacidade de escolher lê-los.»<sup>13</sup>

Como o autoritarismo educacional serve para reforçar grupos que já são dominantes, nos séculos xx e XXI tem sido frequentemente usado para atacar pessoas LGBTQ, rotulando-as como sendo de alguma maneira decadentes ou obscenas por natureza. A Rússia governada por Vladimir Putin oferece um exemplo claro. Em 2013, a Rússia aprovou a que veio a ser conhecida por «lei de propaganda homossexual», que interditou a distribuição de materiais que contivessem quaisquer representações positivas ou mesmo neutras de relacionamentos não-heterossexuais a quem tivesse menos de dezoito anos. Em 2022, Putin promulgou uma lei que alargou o âmbito da legislação, tornando ilegal que alguém insinuasse publicamente que os relacionamentos homossexuais são normais, ainda que só na presença de adultos<sup>14</sup>. E leis consideravelmente extremadas que definem a identidade LGBTQ como problemática são também uma característica cada vez mais comum dos regimes autoritários noutros países.

Por todo o mundo, propagandistas fascistas reservam alguns dos seus ataques mais vis à comunidade transgénero, que afirmam estar a promover algo definido vagamente como «ideologia de género». Putin, por exemplo, justificou em parte a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 argumentando que está a combater essa ideologia. Numa cerimónia realizada no Kremlin para anunciar a anexação de quatro regiões ucranianas, Putin referiu a guerra na Ucrânia como um conflito existencial de valores entre um Ocidente decadente e a defesa pela Rússia dos papéis tradicionais de género:

[...] quereremos ter, no nosso país, na Rússia, o progenitor número um, o número dois, o número três, em vez de uma mãe e um pai? Será que enlouqueceram? Queremos realmente que perversões que conduzem à degradação e à extinção sejam impostas às crianças nas nossas escolas dos níveis mais elementares? Meter-lhes nas cabeças que há diversos géneros hipotéticos para lá de homens e mulheres e propor-lhes operações para mudar de sexo? Será isso que queremos para o nosso país e os nossos filhos? Para nós, tudo isto é inaceitável; temos um futuro diferente, o nosso próprio futuro.<sup>15</sup>

Nos Estados Unidos, o ataque aos direitos dos transexuais tornou-se impiedoso, com o movimento conservador a aproveitar-se da questão para galvanizar a sua base de apoiantes. Segundo um relatório do advogado e autor Heron Greenesmith, no final de 2023 quase metade dos estados norte-americanos, um total de vinte e dois, tinha «aprovado proibições de cuidados médicos ou cirúrgicos de afirmação de género prestados a menores transgénero e não binários», algumas das quais foram suspensas por processos judiciais, embora muitas passassem a vigorar. Em cinco desses estados, prestar assistência de afirmação de género a um menor constitui um crime grave. No meu estado, Connecticut, um estudante transexual habituar-se-ia a utilizar a casa de banho da sua preferência. Seria difícil para os pais ponderarem mudar-se para algum dos nove estados em que isso é ilegal. Na verdade, seria difícil as famílias a viver em estados que aceitam a transexualidade mudarem-se para algum daqueles vinte e dois estados<sup>16</sup>. Se tais interdições passarem a ser nacionais, famílias com filhos transexuais que disponham de meios terão de pensar em deixar os Estados Unidos.

## Um romance cheio de encanto sobre o poder da escrita e a beleza das relações que se estabelecem entre desconhecidos

Há uma pequena ilha, no Mar Interior de Seto, que tem a forma de uma hélice e não tem mais de cento e cinquenta habitantes. Ali mesmo, na pequena estação de correios de Awashima, encontram-se todas as cartas enviadas para um destinatário inalcançável: um amor perdido mas ainda presente, o brinquedo preferido da infância, o lagarto a quem uma criança roubou a cauda, o primeiro beijo há muito esperado. Como mensagens numa garrafa, são palavras deixadas à deriva que não esperam por uma resposta.

Risa, uma jovem professora universitária, viaja até à ilha e oferece-se para catalogar as centenas de cartas que chegaram à estação de correios nos últimos anos. O trabalho que a espera é de monta, tão minucioso como peneirar o oceano, mas Risa fá-lo por um motivo maior: o seu pai é carteiro e toda a vida trabalhou com dedicação e tenacidade para que não se perdesse uma única carta. A verdade, porém, é que Risa nutre a esperança de que, entre aqueles milhares de palavras de amor, arrependimento, gratidão, culpa e alegria, algumas lhe sejam dirigidas a ela, e que a ajudem a encontrar as respostas que desesperadamente procura.

Laura Imai Messina tem uma capacidade especial, poética e intensa de captar a magia oculta do mundo e de a contar. Cada uma das suas histórias é uma viagem que nos leva para longe, para o mais íntimo dos nossos pensamentos.



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

[www.penguinlivros.pt](http://www.penguinlivros.pt)

topseller.suma

penguinlivros

ISBN: 978-989-583-658-1



9 789895 836581